



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006404-79.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **MARCO ANTONIO ZANOTTI**  
 Requerido: **Laerte Antonio de Miranda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Marco Antonio Zanotti ajuizou a presente ação contra o réu Paulo Rogério da Silva Soares, pedindo que o réu seja compelido a efetivar a transferência do veículo GM/Monza, placa BGG 0662, e que seja condenado a efetuar o pagamento da dívida referente ao DPVAT do ano de 2.015, bem como as multas de trânsito e qualquer outro débito que possa existir desde a tradição do veículo em 07/11/2013, sob pena de multa diária.

Em aditamento a inicial as folhas 24/25, o autor requer a exclusão do réu Paulo Rogério da Silva Soares do polo passivo e a inclusão do atual possuidor do veículo, Laerte Antônio de Miranda.

Decisão de folhas 35 deferiu a substituição do polo passivo.

O réu Laerte Antonio de Miranda, em manifestação de folhas 45/46, informa que é o atual possuidor do veículo e que já quitou os débitos, concordando com os pedidos do autor.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, porque impertinente a dilação probatória ante a concordância do réu.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

De início, defiro os benefícios da justiça gratuita ao réu.

Procede a causa de pedir.

O réu confessa estar na posse do veículo e que já quitou as dívidas a ele relativas, pretendendo a sua regularização.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de compelir o réu a promover a transferência do veículo objeto desta ação para seu nome, no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária de R\$ 500,00, até o limite de R\$ 5.000,00.

Tendo em vista a ausência de resistência, deixo de condenar o réu nos honorários sucumbenciais. Custas na forma da lei, observando-se os benefícios da justiça gratuita.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 19 de fevereiro de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**